



Sustentabilidade
em Debate

História da terra e do homem no Planalto Central

Kelerson Semerene Costa¹

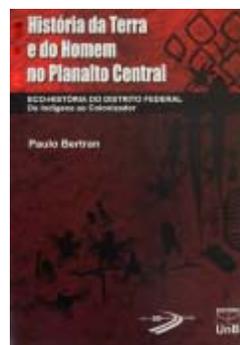
¹Professor adjunto do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB. É autor do livro *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*.

RESENHA

História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, de Paulo Bertran. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 3a. edição, 2011. 615 p. Coleção UnB nos 50 anos de Brasília. R\$ 65,00 Ilustrado, Índice remissivo, ISBN 978-85-230-1281-6

Desde a sua primeira edição, em 1994, um dos aspectos mais comentados sobre *História da terra e do homem no Planalto Central*, de Paulo Bertran, refere-se ao desvelamento da história da região ocupada pelo Distrito Federal antes da construção de Brasília. Vale a pena retomá-lo. Diz o autor que Goiânia “eclipsou a história goiana” e Brasília “acabou de consumir a mitopoética dos sertões que deixavam de ser sertões” (61). De fato, a inauguração dessas duas cidades planejadas reforçou na visão que a sociedade brasileira tem de seu próprio território, em particular sobre as suas regiões centrais, a separação entre um passado marcado pelo atraso e um futuro que anunciava o progresso e a modernidade.

O peso da ideologia do progresso a orientar a ocupação do território brasileiro foi de tal ordem que não apenas considerou desertas as



terras que depois se revelaram habitadas por povos indígenas, como também relegou ao esquecimento as formações societárias que, embora resultantes do movimento colonizador, entre os séculos XVI e XVIII, haviam perdido o vínculo maior com os centros dinâmicos do país, constituindo, assim, regiões consideradas *atrasadas* em relação àquelas que recebiam os avanços do progresso. De tal modo que o conceito de sertão não se aplica apenas aos territórios desconheci-

dos e ainda não integrados à dinâmica da sociedade nacional, mas também àquelas regiões nas quais o colonizador ocupou terras indígenas e exterminou populações autóctones, estabeleceu vilas e cidades, desenvolveu atividades agropastoris ou extrativistas, mas que, por motivos diversos, desgarraram-se, ficaram *à margem da história*. É o caso, por exemplo, do sertão nordestino, onde se originaram movimentos como o de Canudos, ou da Amazônia e as suas populações caboclas. É o caso, também, de áreas do Centro-Oeste que, devido à baixa densidade demográfica e ao povoamento disperso, herança da *ruralização* decorrente do declínio da mineração na passagem do século XVIII para o XIX, foram tomadas como vazios demográficos.

O simples desvelar desse passado obliterado já seria mérito suficiente para conferir relevância a esse livro. Porém, do trabalho do autor em reconstituí-lo – produzindo uma história “costurada ponto a ponto, por tão esgarçada a memória regional progressa” (484) –, resultam muitos outros aspectos a serem considerados sobre a arquitetura e as contribuições dessa obra que se estende por 18 capítulos e 615 páginas. É uma longa narrativa, que começa no Pré-Cambriano, entre um e dois bilhões de anos atrás, quando se formaram as mais antigas estruturas geológicas do Planalto Central; passa pela ocupação pré-histórica, os grupos indígenas e as primeiras incursões paulistas, nos séculos XVI e XVII, a descoberta do ouro e o povoamento da região, no século XVIII e, finalmente, a configuração da sociedade colonial após o declínio da produção aurífera, entre as últimas décadas do setecentos e as duas primeiras do oitocentos, a inaugurar um tempo “do viver e produzir moderadamente, da auto-suficiência, roçando pelo subsistente, um século de enormes lentidões e vaguidões” (76-77).

A caminho da eco-história

Paulo Bertran define seu livro como um estudo de “eco-história do Distrito Federal”. Os limites, porém, não se estabelecem de modo estrito: o Distrito Federal “e suas adjacências”, o quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls, a *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, da década de 1890, são apenas referências políticas e administrativas de uma área de estudo que se define pela combinação de critérios históricos e ambientais.

No artigo *Desastres ambientais na capitania de Goiás*,¹ um dos primeiros trabalhos de história ambiental publicados no Brasil, em 1991, Bertran escreveu sobre os efeitos ambientais da mineração e da agricultura ainda nas primeiras décadas da sociedade regional, a partir das descrições e comentários presentes nas fontes coevas. Em *História da terra e do homem...* a abordagem é mais ampla: já não se trata apenas de considerar os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, mas de entender a própria formação da sociedade regional como processo em grande medida dependente das condições do meio natural. Bertran procura sustentar a ideia de que o Cerrado foi o *locus* de origem de uma sociedade ecologicamente diferenciada. É, enfim, a história da formação dessa peculiar sociedade que se desenvolveu nos cerrados do Planalto Central de altitude que ele pretende contar.

A eco-história de Bertran busca inspiração em mais de uma fonte. Em primeiro lugar, o autor é dedicado à causa da conservação do Cerrado e pode ser incluído entre aqueles pesquisadores que encontraram uma motivação maior na crise ambiental das últimas décadas do século XX. Ele justifica a empreitada como um débito que “tinha consigo mesmo desde que cozinhou-lhe as retinas a trajetória da luz nos campos de cerrado”,

aos quais devotava um “intrincado amor” herdado de seu pai (482, 488). Contudo, o autor não apenas manifesta interesse pela relação entre o homem e seu *nicho ecológico* em uma região específica, mas também expressa preocupação quanto às relações entre a humanidade e o planeta – o que o leva a se referir à eco-história como “forma de abordagem, (...) que pressupõe a compreensão abrangente da Mãe-Terra e dos filhos homens” (482).

Nada disso, porém, faz desse livro um catálogo de denúncias da devastação ou um compêndio das riquezas do bioma. A produção do autor mais diretamente ligada às questões ambientais contemporâneas está registrada em outras obras. Em *História da terra e do homem...*, é por meio da abordagem histórica inédita, que coloca em relevo o papel do bioma na formação da sociedade regional, que Bertran chama a atenção para o valor socioambiental do Cerrado, contribuindo para o seu reconhecimento e valorização. Se isso é importante em nossos dias, era-o ainda mais há 18 anos, quando o bioma pouca ou nenhuma atenção recebia de governos, organizações não governamentais ou organismos internacionais de cooperação e financiamento, embora a fronteira agrícola já avançasse célere sobre ele.

Ao buscar o entendimento das relações entre sociedade e natureza, o autor está atento às exigências de um conhecimento multidisciplinar que incorpore conceitos e dados da geografia, arqueologia, etnologia, geologia, zoologia, zootecnia, botânica e linguística para a construção de sua narrativa. Embora o seu esforço se concentre sobre a história colonial – “do indígena ao colonizador”, diz o subtítulo -, Bertran entende a *ocupação humana* do Planalto de Altitude em sentido lato. Inicialmente, estabelece as suas bases físicas, incluindo em sua narrativa a história geológica, as formas dominantes do relevo, a hidrografia e as

fitofisionomias que participam do Cerrado – a *Regio Montano-Campestris*, reino das ninfas Oréades, como o definiu Martius em sua poética formulação, aqui lembrada, sobre os domínios ecológicos brasileiros.

Depois, dedica todo um capítulo à ocupação pré-histórica da região, no qual recorre amplamente à literatura então disponível para, mais do que identificar datações antigas, “investigar em que termos ocorreu na pré-história a integração homem-natureza, vale dizer, em que ambiente ecossistêmico aconteceu tão antiga existência humana no Planalto Central do Brasil, pelo menos desde 12 mil anos” (41). Mas, os conhecimentos proporcionados pela arqueologia não se prestam apenas ao entendimento da pré-história: Bertran recorre também aos trabalhos produzidos pelo Dr. Eurico Miller, arqueólogo da Eletronorte que, entre 1991 e 1994, identificou mais de vinte sítios no Distrito Federal, a maioria dos quais cerâmicos ou pré-cerâmicos, mas também alguns testemunhos de antiga ocupação colonial (47-49).

Geografia histórica, bandeiras e sesmarias

Outra fonte de Bertran é a historiografia brasileira clássica, que pôs em relevo os processos de formação do território nacional e as interferências do meio geográfico na formação da sociedade nas diferentes regiões do país. Tem grande força em sua obra a geografia histórica, a preocupação com os movimentos da sociedade na formação do território. É assim que o tema do bandeirismo assume relevância em sua compreensão da história regional. Não se trata, aqui, da antiga visão apologética das bandeiras. Ao contrário, Bertran afirma que a “questão do bandeirismo antigo (...) forjou-se e esgotou-se por excesso de retórica e por seu uso abusivo na construção ideológica do Estado Novo e de períodos seguintes de forte expansão interna no País” (79). Mas, assim como não concorda com essa construção ide-

ológica, ele tampouco aprova o abandono completo ao qual o tema foi relegado pela visão crítica à ideologia do bandeirismo. Por isso, retoma-o de modo a entender o lugar que as porções centrais do Brasil ocupavam nos séculos XVI e XVII, antes de iniciado o seu povoamento pela mineração, cujos marcos são a fundação de Cuiabá, em 1719, e de Vila Boa, em 1726. Desse modo, a abordagem vincula, desde o início, a região, ainda em formação, à dinâmica colonial e às vicissitudes do império português.

O movimento das bandeiras é entendido em sua relação com o movimento da sociedade colonial desde alguns de seus principais polos de organização e expansão - São Paulo, Bahia e Maranhão. A partir da primeira bandeira a pisar o atual território goiano, em 1589, liderada por Domingos Luís Grou e Antônio de Macedo, identifica duas ondas distintas do bandeirismo em Goiás. A primeira, motivada pelos mitos cartográficos, como o mito do lago dourado ou o mito dos lagos do Planalto, abrandados, depois, mas muito fortes no século XVI, a atrair os homens para os sertões centrais; e pelo estímulo de captura de índios para os engenhos do Nordeste.

A segunda onda de bandeiras teve início a partir de 1655, depois de meio século de andarem os paulistas voltados para as missões jesuíticas do sul. Essas *novas* bandeiras ocorrem no contexto de um império português abalado pela perda de domínios no Oriente, pelas guerras de expulsão dos holandeses do Nordeste, pela perda da hegemonia no comércio do açúcar e pelas guerras que se sucederam à restauração do trono, com o fim da União Ibérica. As entradas pelo interior do território passam a ser estimuladas pelas autoridades coloniais e esse também é o momento de grande expansão pelo sertão nordestino, especialmente com a pecuária.² Antes mesmo da mineração, foi a criação de gado que iniciou a ocupação do terri-

tório goiano - expandindo-se desde os currais da Casa da Torre, de Garcia D'Ávila, no sertão baiano, atravessando a Serra Geral e alcançando o alto Paranã, que nasce nas imediações da atual cidade de Formosa, e o vale do Tocantins; ou, por Minas Gerais, subindo o Urucuia, afluente do São Francisco, e alcançando o rio Preto, que também participa da bacia daquele grande rio, nasce nas imediações de Formosa e, atualmente, serve de limite natural entre o Distrito Federal e Minas Gerais (131-138).

Ao mesmo tempo em que reconstitui o quadro mais amplo em que se desenvolvem entradas e bandeiras, o autor se dedica à “variedade das expressões históricas do bandeirismo” (82), isto é, aos detalhes que conformam esse movimento maior, ao revelar o destino – muitas vezes trágico – e a contribuição específica de diferentes grupos de desbravadores (para a toponímia, a cartografia e o conhecimento do território). Fornece ainda informações sobre as relações entre o homem e o meio ambiente naqueles primórdios da colonização, pois, afinal, “sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício de arte ecossistêmica” e foi nesse bioma “que se houeram, desde 1589, os índios Jê e os conquistadores paulistas” (83 e 84). Quanto ao confronto entre índios e paulistas, deve-se dizer que, embora a ênfase recaia sobre a obra do colonizador, Bertran também se ocupa dos habitantes originários do Planalto Central nos séculos XVI e XVII; das migrações de grupos tupi em fuga das frentes colonizadoras que avançavam pelo Nordeste, a ensejar conflitos com os grupos jê, autóctones; e, principalmente, do contexto etnográfico do século XVIII, quando, depois de várias expedições de apresamento, a população indígena já estava reduzida. Aqui, cabe observar certa imprecisão quanto a alguns etnônimos. Em certas passagens, o autor não distin-

gue de modo suficiente os Caiapós que habitaram a porção meridional de Goiás – os Caiapós do Sul, que ocuparam também o território paulista, o noroeste de Minas Gerais e o leste de Mato Grosso – daqueles que historicamente habitaram entre as bacias do Tocantins e do Xingu, no Pará. Ao acompanhar equivocadas afirmações feitas por Diogo de Vasconcelos, em *História média de Minas Gerais*, entre as quais a de que seriam provenientes do Maranhão, toma-os como variantes de um mesmo grupo, quando, ao contrário, trata-se de grupos que, em comum, têm apenas a filiação linguística (jê) e a denominação atribuída pelo colonizador ou por outros povos indígenas (71, 85).

Outro ponto forte da obra reside no estudo do sistema sesmarial que acompanha a conquista do território. Assim como em outras regiões, a formação do latifúndio goiano se fez mediante também a expulsão e o extermínio dos povos indígenas: os comandantes das expedições de “desinfestação” dos sertões eram recompensados com “sesmarias enormes”. A partir de minuciosas pesquisas em fontes primárias, especialmente os requerimentos de sesmarias, Bertran identifica as propriedades fundiárias estabelecidas na região, procurando associar a quantidade de pedidos, as dimensões das terras e as suas finalidades aos diferentes momentos da sociedade colonial que se formava no Planalto. Mais do que isso, com base em precários *memoriais descritivos*, ele identifica os seus limites, traça o mosaico das antigas sesmarias e acompanha sua fragmentação durante um século, até o registro paroquial de 1857. Ao comparar o resultado de suas pesquisas com um mapa atual das fazendas do Distrito Federal, o autor constata que “estava ali bordado, quase íntegro, o velho cenário dos registros paroquiais de 1857” e que “juntando-se três ou quatro fazendas de 1857, lá vinham estampadas, quase com detalhes, as efígies das sesmarias do Século

XVIII, verdadeiro arcano do espaço fundiário, mostrando que se transmitia aos séculos seguintes, embora fragmentadas pelas necessidades sociais e econômicas das futuras gerações” (344-45).

Métodos para a história ambiental

O historiador ambiental, ou o eco-historiador, preocupado em identificar as características ambientais passadas de uma região submetida a grandes alterações, assim como a leitura e a utilização que os homens do passado faziam do meio natural, defronta-se com o problema das fontes. Elas raramente tratam diretamente do assunto, levando o pesquisador a trabalhar por meio de inferências. No caso em questão, o problema é ainda maior para os séculos anteriores à efetiva ocupação colonial, quando os registros escritos são escassos. Bertran contorna parcialmente o problema por meio da toponímia registrada na cartografia, em língua portuguesa e, sobretudo, em língua indígena. No caso desta, trata-se, curiosamente, de toponímia tupi em terras habitadas por povos do tronco macro-jê. Na verdade, ela deve ser atribuída aos primeiros grupos de paulistas que frequentaram a região, nos quais predominavam índios e mamelucos falantes da língua geral do sul, o *nbeengatu*.³ A toponímia em língua indígena, geralmente reveladora de elementos característicos do meio ambiente, desempenha, neste caso, importante papel na construção de roteiros de caminhos do sertão, ao fornecer verdadeiras descrições dos elementos da paisagem. Indica, também, a maior ocorrência de determinadas espécies da fauna ou da flora em determinados sítios. Assim é que, para o autor, a toponímia “come-se, veste-se, emprega-se em ranchos e utilidades domésticas e, antes de mais nada, constrói um vasto discurso ecossistêmico nas raízes da história” (67).

Para explicar uma situação que não raro aparece nos estudos de história ambiental, Bertran lança mão de um recurso bastante didático, e até mesmo prosaico. Ele conduz o leitor à zona rural do município de Cocalzinho, onde, em volta das ruínas de um antigo casebre, um velho pomar abandonado se transformou em bosque com centenas de árvores frutíferas, aparentando uma formação natural (354-56). O autor sintetiza assim o fenômeno: “Meio ambiente em movimento, antrópico e depois *anantrópico*, numa lição prática de eco-história”. A sentença é adequada e explica bem o que ocorreu não apenas em Cocalzinho, ou em Traíras e Niquelândia, no norte goiano – em cujas “brenhas setecentistas (...), matinhas de limão galego [vão] vencendo o sarobão das capoeiras” -, ou ainda na região do rio São Francisco, casos também citados por Bertran, mas um fenômeno registrado nas mais diversas regiões da América nas quais os traços de uma antiga ocupação colonial, depois abandonada, incorporaram-se ao ambiente nativo e assumiram o aspecto de uma paisagem natural. Muitas novas áreas ocupadas pelo colonizador, e aparentemente selvagens, já haviam sido objeto de alguma ocupação malograda, por gerações passadas. Ou haviam sido ocupadas e transformadas por povos indígenas – Bertran é leitor dos estudos de Darrel Posey sobre os cultivos dos Caiapó - ou paleo-indígenas, antes mesmo do período colonial – como é o caso dos sambaquis do litoral brasileiro que, recobertos por sedimentos e vegetação, aos colonizadores pareceram apenas elevações naturais a serem exploradas como minas de calcário.

Assim, o autor se depara com grandes vazios de informação que ele tenta preencher por meio da habilidade no emprego das fontes e de aguçada capacidade de identificar na paisagem as transformações produzidas por antigas ocupações hu-

manas. Mas, em meio à escassez de fontes, Bertran conta com uma de caráter especial para o historiador ambiental. Trata-se do *Inventário natural* do município de Santa Luzia, atual Luziânia, escrito em 1886 por Joseph de Mello Álvares. O documento, reproduzido entre os anexos do livro, oferece uma “taxonomia do Cerrado”, ao descrever as suas diferentes fitofisionomias, além da descrição do relevo, da hidrografia e dos recursos da fauna e da flora da região e, para Bertran, “revela-nos o profundo telurismo, senso de observação geomorfológico, florístico e botânico deste autodidata” (73).

A cultura do sertão

Bertran está atento aos diversos aspectos da história do Planalto. Ele se ocupa da geografia histórica e da formação do território, do ordenamento espacial e da distribuição das sesmarias, das variações das atividades econômicas entre o auge e o declínio da mineração. E também confere grande importância a aspectos relacionados às expressões culturais e, por assim dizer, ao modo de ser da peculiar sociedade que se constituiu na região, especialmente durante o seu período de maior isolamento. Ele relata, por exemplo, a ocorrer no arraial de Santa Luzia, festas e celebrações religiosas e encenações de óperas italianas. Algumas dessas celebrações, compostas por expressões da cultura erudita, ocorriam por ocasião da chegada de autoridades como o governador da capitania, representante direto da coroa portuguesa, e revelam o alcance dos rituais próprios da corte europeia nos mais longínquos domínios lusos, onde a colonização se expandia pela violência. Era uma cultura de sertão, “que surgia no limiar da escrita, nasceu entre a fé e a blasfêmia, entre cartas régias e contrabandistas, entre oficiais de justiça e capangas”.⁴

Além dessas expressões da cultura colonial, o autor identifica a permanência, em nossos dias, de elementos de uma visão de mundo que, se não se forjou no Planalto, para aqui migrou ainda nos primeiros tempos da colonização e se manteve avessa a mudanças, decorridos mais de duzentos anos. A esse respeito, há dois exemplos notáveis. O primeiro é a “lenda do Ouro do Urbano”, mito construído sobre o roteiro de uma fabulosa mina de ouro descoberta por Urbano do Couto na primeira metade do século XVIII, que estaria situada nas imediações da atual Planaltina de Goiás, município distante 63 quilômetros de Brasília. O roteiro existe, de fato, e foi publicado em cinco edições entre 1863 e 1980, em linguagem carregada de um hermetismo que, ao ser decifrado, revela elementos da paisagem regional. O mito é bem conhecido de roceiros e moradores mais antigos de pequenas cidades como Brazlândia, Sobradinho e Planaltina, atuando como estímulo permanente à busca da riqueza que, entretanto, revela-se sempre inalcançável. De tal sorte que “centenas de pessoas da região foram e ainda vão ao enalço do ouro do Urbano, desde tempos imemoriais, configurando um mito próprio e resistente” (268-69).

O outro exemplo vem daquilo que Bertran denomina *cosmogonias roceiras* (477 e ss.), expressas por moradores das áreas rurais do atual Distrito Federal e seu entorno. São, em geral, manifestações e concepções de mundo fundamentadas em forte tradição cristã, mas reveladoras de um catolicismo de extração popular, desenvolvido de modo relativamente livre das orientações e restrições doutrinárias, nas solidões do sertão, onde a presença do sacerdote era ocasional. Expressão primeira é a forte devoção ao Divino Espírito Santo – a heresia do monge calabrês Joaquim de Fiori, acolhida em Portugal, no século XIII, por Isabel de Aragão e Don Dinis, mais tarde enraiza-

da no Brasil e, em nossos dias, celebrada até mesmo em escolas públicas da zona rural do Distrito Federal. Há, também, uma peculiar versão da narrativa do Gênesis, na qual está presente o punitivo dilúvio, a transformar e a degenerar uma Terra criada perfeita e provedora de abundância. Mas, aqui, o criador é Jesus, e foi pela palavra, pelo uso da fala, que homem e mulher se corromperam. Tudo terminará com um novo dilúvio. Além dessa licença na narrativa da história da Terra, esses roceiros também apresentam particular entendimento sobre o ordenamento do cosmos e do lugar que o homem nele ocupa, dividindo-o em três níveis: “a *profundidade*, (...) interior da terra onde uma outra humanidade, apiedada da nossa, gera e planta os minérios, os matos, as águas que nos servem”; a superfície em que vivemos é a *miolidade*, “lugar de pagar dívida”; o terceiro nível é o *céu das estrelas*, nosso lugar de origem, pois que viemos de outro planeta, o Planeta Jesus, e “viramos *terratórios*”.

Religiosidade popular, mitos, lendas, diferentes formas de entendimento do mundo se desenvolveram em todo o território brasileiro. Mas, ainda que muitas vezes partilhassem uma base comum, foram, com frequência, desenvolvimentos específicos, próprios das singularidades de cada região. É para essa singularidade local que Bertran chama a atenção – tanto mais que ela esteja oculta e como que soterrada por estratos modernos –, deixando, assim, importantes sugestões para estudos de história cultural. No entanto, creio que a sua proposta de uma denominação específica para o homem típico da região dos cerrados, o *cerraten-se*, a distingui-lo do *caipira*, grupo que inclui as antigas populações rurais de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, será de mais proveito se, por ora, não a tomarmos ainda como uma nova categoria dos *tipos humanos* brasileiros formados no processo colonizador, mas como um convite ao aprofun-

damento dos estudos da história regional em suas variadas dimensões.

As fontes e o estilo da escrita

Bertran tem estilo próprio e constrói o seu livro com a segurança de quem desenvolveu um pensamento autônomo. É assim, por exemplo, que ele combina dois estilos muitas vezes considerados excludentes: de um lado, o ensaísmo que busca o livre desenvolvimento de ideias sobre grandes temas; de outro, a análise histórica fundamentada em sólida pesquisa documental. O autor recorre a farta documentação primária – da qual uma pequena parte está reproduzidas nos anexos do livro - coletada mediante pesquisas próprias em arquivos de Goiás, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Portugal. O seu conhecimento da documentação relativa à história goiana dos séculos XVIII e XIX é enorme; ele foi um dos responsáveis pela parte relativa à capitania de Goiás do “Projeto Resgate”, que incorporou aos acervos de nosso país cópia de toda a documentação referente ao Brasil colônia existente no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Recorre, também, aos clássicos viajantes naturalistas (especialmente Pohl e Saint-Hilaire), à chamada historiografia tradicional, de expressão nacional, especialmente aquela dedicada ao bandeirismo, e a uma série de historiadores de expressão local, muitas vezes profissionais liberais (médicos, advogados) ou autodidatas que se dedicaram à recuperação da memória histórica de suas cidades, registrando a memória oral dos “antigos” e coletando a documentação disponível, muitas vezes perdida e à qual, hoje, só temos acesso por meio de suas obras.

Mas o autor não é prisioneiro das fontes, as quais ele submete à crítica, analisando-as, comparando-as, inquirindo-as. Ele as usa de diversos modos: aqui, minuciosamente, busca estabelecer

a data precisa de instalação de um pequeno povoado, o que não é sem motivo em sua narrativa; ali, recorre à imaginação, à criatividade e à prosa desenvolta para converter uma coleção de rígidos dados numéricos em um quadro da paisagem rural e dos tipos humanos. Ilustra essa situação o emprego que faz do *Livro de lançamento dos Dízimos de Santa Luzia em 1810*, cujos extratos foram publicados como anexo ao Capítulo XVI (543-559). O lançamento dos dízimos, como se sabe, é uma simples relação de impostos devidos por cada produtor conforme os produtos de sua propriedade, constando também a data em que cada um deles foi visitado pelo coletor. Mas, o autor vê no documento um verdadeiro roteiro de viagem do lançador de impostos, certo Luciano Rodrigues (366-379). A viagem dura cinco meses, de julho a dezembro de 1810 e, assim como o lançador, Bertran não tem pressa, acompanhando as suas idas e vindas conforme chegam as chuvas ou as tréguas da estiagem. Assim, somos conduzidos pelas imediações da atual Luziânia, pelo que hoje é a cidade do Gama, passamos pela Papuda e atravessamos o rio São Bartolomeu, cruzamos todo o Distrito Federal e chegamos ao atual município de Formosa e à divisa com Minas Gerais; de regresso, passamos por Planaltina, Sobradinho, Padre Bernardo e uma série de outras localidades no atual Distrito Federal e o seu entorno, que integram o antigo julgado de Santa Luzia. No caminho, conhecemos as sesmarias, engenhos, pequenos sítios e as suas parcas produções, espalhados pela vastidão do Planalto a compor um quadro regional no qual predomina a “economia rural de abastança”, resultado do desfazer-se da economia baseada na extração de ouro, “notável recolhimento da região sobre si mesma”. Conhecemos, também, pelos nomes, sesmeiros e sitiantes. Detalhes não escapam ao historiador, que repara até mesmo nas assinaturas: as trêmulas revelam os semi-

alfabetizados; as ágeis e firmes, feitas, porém, *a rogo*, revelam a maioria de analfabetos.

Em *Paisagem e memória*, Simon Schama lembra que um dos seus “professores mais queridos, um arruaceiro intelectual e escritor de extraordinária coragem, sempre dizia que era preciso vivenciar um local, usar ‘o arquivo dos pés’”.⁵ É com esta imagem que eu gostaria de concluir esta resenha do belo livro de Bertran - a do historiador andarilho, que ele de fato foi. Um historiador que se sentia à vontade nos gabinetes da Torre do Tombo ou da Biblioteca Nacional, tanto quanto nos *jeeps*, caminhões e lombos de burro nos quais cruzou o Planalto Central e o sertão goiano, como bem lembrou o jornalista e escritor Jaime Sautchuk na apresentação à terceira edição.

Bertran levava ao extremo o seu esforço de geografia histórica, buscando projetar a história sobre o território. Realizou inúmeras viagens a procurar na paisagem os vestígios daquilo que as fontes coloniais registraram em palavras. Traçou novamente os caminhos do sertão, longos trechos das antigas estradas reais, identificou os limites das antigas sesmarias, decifrou, na paisagem do Planalto, o enigma do roteiro do Urbano do Couto – apenas até onde a legenda permite ser decifrada, pois, afinal, “a natureza própria dos roteiros é a de pertencerem-se a si próprios em desdobrados mitos”. Bertran, enfim, reconstruiu, para si e para os leitores, o cenário vivo desses “mares de chapadas” por onde fluíram, e ainda estão a fluir, “mares de histórias”.

História da terra e do homem..., que até aqui contou com duas edições e diversas reimpressões, constituiu-se como referência para uma série de pesquisadores que, em trabalhos de pós-graduação ou em publicações independentes do meio acadêmico, além de uma série de iniciativas de caráter pedagógico e turístico, dedicaram-se a aspectos até então inéditos nos estudos da história de

Brasília e da região hoje ocupada pelo Distrito Federal. O aparecimento dessa terceira edição apenas reitera a vitalidade de uma obra que ainda está a propor diversos caminhos para a pesquisa e que passa a ocupar justo lugar no selo editorial que celebra os cinquenta anos de Brasília e de sua Universidade

Notas

¹ Professor adjunto do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB. É autor do livro *Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás*.

² Paulo Bertran, “Desastres ambientais na capitania de Goiás”, in: *Ciência Hoje*, vol. 12, n. 70, p.42-48.

³ Ver, por exemplo, Pedro Puntoni, *A guerra dos bárbaros: os povos indígenas e a colonização do sertão*, São Paulo, Hucitec/ Edusp, 2002.

⁴ De acordo com o professor Aryon Dall’Igna Rodrigues, há diferenças entre a língua geral falada em São Paulo (“do sul”) e aquela utilizada na Amazônia (“do norte”), ambas denominadas *nheengatu*. Aryon Dall’Igna Rodrigues, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Editora Loyola, 2002.

⁵ Victor Leonardi, *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*, Brasília: EdUnB/ Paralelo 15, 1996, p.312.

⁶ Simon Schama, *Paisagem memória*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.33-34.

